

Para mudar a sério na Educação

Desde 1976 e durante os últimos 28 anos que muitos dos problemas que afligem a maioria dos portugueses se têm agravado: o processo de destruição sistemática do aparelho produtivo nacional, as privatizações, o empobrecimento do conteúdo democrático do regime, a venda ao desbarato de pedaços da soberania nacional, a elitização do ensino, o insucesso e o abandono escolares, o aumento da pobreza.

Tudo foi tentado para superar a crise: o tão propalado caminho da “estabilidade” com mandatos de quatro anos, de seis e dez anos, inteiros e quebrados, todos terminando em crise grave – e nada de “estabilidade”. “O entendimento entre as principais forças políticas” (leia-se PS e PSD) como sugere de novo o Presidente da República é outro dos caminhos agora em voga.

Recordemos então que entendimentos desses não têm faltado ao longo dos últimos 28 anos: Governo PS sozinho, de facto aliado à direita; Governo PS/CDS; Governo PS/PSD; Governo PSD com maioria absoluta; Governo PS/Queijo limiano; Governo PSD/CDS.

Ou seja: o que hoje nos querem apresentar como solução mágica para todos os males, já foi tentado antes, sempre sem sucesso.

Nestes últimos 28 anos tudo foi tentado para superar a crise... tudo excepto mudar de política.

O prolongamento da crise na educação tem a sua expressão mais aguda no insucesso educativo e no abandono escolar precoce. Os sucessivos governos encheram o peito para falar da causa maior deste combate e tudo fizeram... excepto cumprir a Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo. Impuseram reformas educativas (Governo PSD – Cavaco Silva), revisões curriculares (Governo PS – António Guterres), tentaram impor uma nova Lei de Bases (Governo PSD – Barroso/Santana) esgrimindo argumentos fictícios com o intuito de esconder a intenção clara de desresponsabilização do Estado através da privatização e da elitização do ensino com graves consequências para os já sérios problemas do abandono e do insucesso escolares e comprometendo o futuro do país.

LEGISLATIVAS 2005

CDU

Para os professores que começam a vida profissional, as coisas dificilmente podiam estar pior. No segundo país da União

PCP-PEV



Europeia com o maior índice de analfabetismo e baixos níveis de literacia, com baixas qualificações académicas e profissionais, com os maiores índices de abandono e insucesso no 3º ciclo do ensino básico e no secundário e com a maior taxa de abandono dos estudantes entre os 18 e os 24 anos, os professores não têm trabalho.

São cerca de 40 000 os professores profissionalizados no desemprego, milhares de contratados que, a qualquer momento, podem ficar sem emprego e com os salários mais baixos de entre os países “desenvolvidos”.

O atraso escandaloso no processo de colocação dos professores, comprometendo o ano lectivo e prejudicando seriamente os docentes tende a descredibilizar o ensino público e a facilitar linhas de ofensiva ideológica favoráveis ao ensino privado.

Para o PCP, o direito à educação e ao ensino é um direito de todos e de cada um ao conhecimento e à criatividade, ao pleno e harmonioso desenvolvimento das suas potencialidades, vocações e consciência cívica. Direito que deve ser assegurado por uma política que assuma a educação, a ciência e a cultura como vectores estratégicos para o desenvolvimento integrado do nosso país; que atenda à multiplicidade dos processos educativos e formativos contemporâneos e às dimensões

a que estes necessitam de dar resposta.

O PCP assume como compromisso a luta por uma escola pública e de qualidade, com a gratuidade de todo o ensino público.

Para o PCP a valorização e dignificação das carreiras docentes é um factor fundamental para a qualidade do ensino.

É possível e necessário mudar de política!

É preciso votar CDU!

O voto na CDU é um voto de protesto e de ruptura, mas também de projecto. A CDU esteve sempre ao lado dos professores nas lutas pela valorização dos salários e das carreiras docentes, nas lutas pelo direito ao emprego e por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Dia 20 de Fevereiro vão ser eleitos 230 deputados para a Assembleia da República. É preciso dar utilidade ao voto, utilidade não para quem é eleito, mas para quem elege. Quanto maior for o número de deputados da CDU, maior será a força dos trabalhadores. É tempo de mudar a sério. A alternativa existe e está na nossa mão consegui-



